

Seminário 9 de Maio

Que União na Europa Alargada?

Que União para a Europa Alargada?

Mota Amaral . Presidente da Assembleia da República

Minhas Senhoras e
Meus Senhores:

Felicito as entidades organizadoras pela iniciativa deste seminário acerca de um tema da maior actualidade, ainda por cima realizado sob o signo do Dia da Europa, coincidente, além do mais, com a celebração do fim, no nosso continente, da II Guerra Mundial.

Agradeço o convite que me foi dirigido para participar neste painel, juntamente com personalidades tão destacadas, todas de créditos firmados como verdadeiros especialistas nas questões europeias.

Peço vénia para lembrar que, embora não revestindo carácter institucional, a minha intervenção respeita a prudência de expressão esperável do Presidente do Parlamento — a quem muitas vezes não convém discorrer livremente e dizer em público tudo o que lhe vai na alma...

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O alargamento da União Europeia, para acolher os países do centro e leste da Europa, durante quase meio século oprimidos pelo comunismo e pelo imperialismo soviético, é um grande desígnio estratégico, de afirmação da unidade e identidade do nosso Continente, dos seus interesses próprios, dos valores que o inspiram.

Este objectivo insere-se no movimento geral da globalização, desencadeado pela grande revolução tecnológica dos finais do século XX. O equilíbrio geral apela à formação de entidades sólidas e suficientemente fortes, que defendam pontos de vista comuns e garantam a imprescindível regulação. Sem esta a globalização tende a restaurar a lei da selva, com o consequente e impiedoso esmagamento dos mais fracos pelos mais fortes, em termos injustos e aliás, a prazo, simplesmente explosivos.

O derrube do vergonhoso Muro de Berlim, expressão palpável da Cortina de Ferro, a que aludiu Churchill, a implosão da União Soviética e a dissolução do Pacto de Varsóvia, que era afinal o braço armado da ideologia comunista em colapso, vieram revelar o intolerável atraso económico e social a que estavam reduzidos os povos europeus do centro e leste.

Deveras exaltante foi verificar, nesses dias eufóricos de reconquista da liberdade, como, restaurando a democracia, logo os novos Estados se apressavam a reclamar a adesão à NATO e a entrada na então ainda Comunidade Económica Europeia, deixando assim bem claro quem tinham sido os vencedores da Guerra Fria.

É evidente que as economias desses países não estavam ainda — se é que já estão agora... — minimamente preparadas para enfrentar as regras de concorrência aberta, próprias do grande mercado interior comunitário, com total liberdade de circulação de mercadorias e serviços, de capitais e de pessoas também. Por outro lado, as infra-estruturas de cada um deles careciam de modernização urgente, já que, das intrínsecas contradições dos regimes comunistas que

padeceram, resultou um atraso comparativo de muitas décadas, com reflexo no bem-estar e na qualidade de vida das respectivas populações.

Quanto a mim, teria sido mais avisado propor de imediato às jovens democracias pós-comunistas um estatuto de associação à CEE, apoiado por uma espécie de segundo Plano Marshall, que produzisse os resultados que o primeiro teve na consolidação da liberdade e no arranque do desenvolvimento na Europa Ocidental (com exclusão de Portugal, por tristes razões, bem conhecidas).

Julgo que, por motivações financeiras, ligadas ao esforço de consolidação orçamental exigido pela instauração do sistema monetário europeu, tendo já em vista a criação da moeda única — talvez também pelo ingente custo da reunificação da Alemanha, assumida como prioridade absoluta por quem tinha poder para decidir nessas matérias — não houve fôlego para um compromisso generoso dentro de tais padrões.

Acenou-se então logo com a possibilidade de uma adesão de pleno direito, cujo processo negocial se arrastou por mais de uma década, culminando aliás em estatutos de menorização quanto a relevantes aspectos das políticas comunitárias, aos quais se juntam perspectivas de ajuda pouco claras e até porventura somíticas.

Tudo isto se verifica porque não há coragem para aumentar os recursos financeiros próprios da União, nem para rever a distribuição deles pelas diferentes áreas de intervenção comunitária. Quedamo-nos assim na paradoxal atitude de propor sempre novas tarefas — agora também a política externa e a defesa... — sem lhe garantirmos os meios adequados, como se fosse possível fazer omeletas sem ovos... A não ser o presente impasse ultrapassado — moderando os propósitos ou abrindo os cordões à bolsa — parece-me existir o risco sério de o projecto de integração europeia vir a cair no descrédito.

Entendo que a Europa Unida deve assentar na igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs, todos os povos, todos os Estados, por ser idêntica a dignidade dos mesmos; e deve ser vivificada pela corrente circulatória de uma efectiva solidariedade, que promove a gradual equiparação do nível e da qualidade de vida em todo o seu território — sem esquecer as ilhas europeias, em especial as chamadas ultraperiféricas, das quais citarei apenas (estamos em Portugal...) os Açores e a Madeira. A respiração desta grande entidade orgânica deve ser assegurada pelo respeito dos direitos humanos e das liberdades cívicas, que garantem o pluralismo social, cultural e político e pelas instituições características do Estado de Direito Democrático.

A extensão territorial e demográfica da União não me parece ser problema. Os patriarcas da Europa Unida sonharam-na em grande... E a criatura foi crescendo de seis países-membros para nove, dez e depois doze, em 1985, quando o nosso País entrou, e também entrou a Espanha; mais recentemente para quinze; há poucos dias, em Atenas, aderiram mais dez países; em 2007 está prometido receber a Roménia e a Bulgária.

Pela dinâmica adquirida, julgo que não podemos parar em 27, pois a União Europeia não é como um clube reservado, mas antes como um imenso ágora, aberto a todas as gentes e nações do Continente, desde que comunguem dos mesmos ideais e estejam dispostas a cumprir as inerentes obrigações. Candidatos à adesão é de resto coisa que não falta... Permito-me lembrar que o Conselho da Europa abrange no seu seio a Turquia, os países dos Balcãs e do Cáucaso e a própria Federação Russa, que se estende, pela gelada Sibéria, até Vladivostoque.

Por mim, não rejeito, antes me entusiasmo, com a miragem de uma Europa Unida do Atlântico aos Urais, formando a grande casa comum europeia, respirando plenamente a dois pulmões, o Oriente e o Ocidente. As raízes dela mergulham nas culturas grega e latina, que, sopradas pelo cristianismo, fizeram afinal, na alta Idade Média, os alicerces da Europa. No seu seio foram acolhidas todas as aportações dos chamados povos bárbaros, que, em vagas sucessivas, nesses tempos recuados a iam invadindo e nela se fixaram.

Quero com isto dizer que a prazo a União deverá preparar-se para acolher a Ucrânia, quando neste país funcionarem plenamente os mecanismos da democracia pluralista, já que as forças políticas actualmente na Oposição se proclamam fortemente europeístas. E a própria Rússia não seria de excluir, se porventura viesse a fazer uma convicta opção europeia — o que não me parece situar-se nos horizontes da actual liderança, mais propensa para a consolidação do império euro-asiático, conquistado pelos czares e por eles mantido na ponta da espada.

Resta elaborar um pouco sobre o conteúdo da Europa Unida. Uma verificação prévia se impõe: o projecto fundador da integração europeia foi um sucesso absoluto! A CEE venceu definitivamente a penúria ancestral e transformou-se numa das economias maiores e mais dinâmicas do planeta.

A interpenetração das economias fortaleceu interesses comuns; a aproximação e o conhecimento mútuo originaram um novo espírito, de cooperação e solidariedade, derrubando velhos ódios e preconceitos. Obteve-se assim um progresso sem precedentes, que sustenta um modelo social avançado, extremamente vantajoso, cuja sustentabilidade está hoje posta em causa, em função da profunda alteração entretanto verificada nos quadros de referência, mentais e sociais.

Tende-se — em minha opinião, erradamente — a desvalorizar este referencial vitorioso, como sendo a redução do projecto europeu a uma zona de livre câmbio, aliás fortalecida com uma moeda única e estável. Ora, em si mesmo, isso é já mesmo muito bom; porém, os resultados até aqui alcançados justificam que se progrida para outros patamares de integração, com óbvia projecção no domínio político.

Num mundo globalizado, impõem-se novas soluções. Há problemas que não podem já ser resolvidos nos esquemas tradicionais. As dramáticas questões demográficas, sanitárias e ambientais, o combate ao terrorismo global, a luta sem quartel ao crime organizado ultrapassam as capacidades próprias das autoridades delimitadas pelas fronteiras históricas dos estados. A Europa — e quem o diz, diz também as cidadãs e os cidadãos europeus — tem todo o interesse numa actuação organizada no plano continental, com dimensão e capacidade suficientes para se manter atenta às realidades planetárias e eficiente em tão vasto âmbito.

Quanto aos domínios da política externa e da defesa também se pode avançar muito, em nome dos interesses e valores próprios do nosso Velho Continente. Mas aí a experiência ensina que convém muito proceder prudentemente e dar tempo ao tempo, permitindo que as novas ideias amadureçam e sejam captáveis pela generalidade das pessoas.

Ora, o que demasiadas vezes se tem verificado, relativamente a esta matéria, é alguma precipitação e excessos de protagonismo. Haja em vista, a título de exemplo, a recente minicimeira a quatro, anunciada para fazer avançar a Europa da Defesa e cujas conclusões afinal são pouco mais que insignificantes.

Em minha opinião, os cinquenta anos de paz na Europa, que tanto beneficiaram já duas gerações de europeus, resultam da dinâmica da integração, certamente, que esbateu anteriores tensões conflituais entre adversários históricos, mas também da Aliança Atlântica, sábia associação com a grande potência militar e oceânica dos nossos dias.

Nos tempos em que foi preciso conter a ameaça soviética, a qual chegou, convém não esquecer, até às portas de Berlim e de Viena, o poderio dos Estados Unidos garantiu a segurança da Europa Ocidental. Quer-me parecer que a situação, pelas suas evidentes vantagens, foi interiorizada profundamente. A relativa dependência daí resultante originou, analisada friamente, uma certa neutralização, com reflexo nos hábitos sociais e até nas atitudes mentais. Duvido que seja facilmente reversível.

No período durante o qual participei nos trabalhos da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental, sempre aponte a intrínseca contradição do discurso sobre o reforço das capacidades militares europeias com as opções orçamentais dominantes entre os estados-membros da organização. Os mesmos que no areópago de Paris se apresentavam como arquicães de guarda do projecto de uma Europa militarmente poderosa, regressavam aos respectivos parlamentos nacionais e votavam mais cortes nas despesas de defesa...

Nas escolhas orçamentais transparecem as grandes orientações da política de cada país — e, em consonância com as respectivas opiniões públicas, os países europeus não podem nem querem fazer o tremendo esforço que seria necessário para modernizarem deveras as suas forças armadas. Já nem falo em colocá-las num patamar de sofisticação equiparável ao das forças armadas norte-americanas, menos ainda na dimensão destas ou na sua comprovada capacidade de projecção.

Convém recordar que a arrancada dos Estados Unidos para o presente estágio de única hiperpotência global se iniciou sob o Presidente Reagan e teve como preço a liquidação de muitos dos programas de auxílio aos mais desfavorecidos, implantados na presidência de Lyndon Johnson, na mira de estender a todos os benefícios da afluência, no quadro da pretendida Grande Sociedade.

No Reino Unido, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher empenhou-se na reforma do estado-providência, apontando os abusos implantados e a insustentabilidade financeira do sistema. O actual governo trabalhista não arrepiou caminho, antes pelo contrário — o que explica muita coisa, recentemente verificada.

Ora, quando em França o Governo Juppé tentou avançar por via análoga, o país entrou em convulsão, chegando mesmo a um estado pré-insurreccional — e o poder acabou por ser entregue à Esquerda Plural, que retomou e confirmou as tendências habituais.

Na Alemanha, despertando para a realidade, o Governo Federal em funções propõe profundas reformas, em nome da competitividade. Resta saber se conseguirá levá-las avante. É interessante verificar que várias dessas reformas se aproximam bastante daquelas que em Portugal se pretende introduzir. É muito curioso que, lá como cá, a Oposição seja contra, apesar de se situar, nos dois países, em campos opostos.

Parece predominar na Europa uma forte corrente contrária à guerra e a tudo o que ela significa. As grandes manifestações de há algumas semanas atrás deram-no a entender com clareza. Interpreto-as mais neste sentido do que como adesão ao programa político de alguns dos seus mais esforçados “organizadores” — e escrevo “organizadores” entre aspas, porque

houve nesse movimento muito de genuíno e espontâneo. Também não o reduzo a um alegado “anti-americanismo primário”...

Essa atitude é em si mesma positiva e até um sinal requintado de civilização. Qualquer pessoa bem formada é, naturalmente, contra a guerra! Acontece, porém, que há quem não seja tal e dela faça mesmo instrumento de dominação de populações inteiras e dos seus recursos; e, pior anda, não consiga compreender outra linguagem que não seja a da força bruta. Acontece que o quadro das relações internacionais se alterou com o despontar do terrorismo, fanático e obscurantista, como sinistra e traiçoeira ameaça global. Se não houvesse quem se disponha a enfrentar eficazmente os riscos de tão complexo panorama, estaríamos todos, os pacifistas da undécima hora inclusive, bem amanhados!...

Nestas condições, entendo que é possível e necessário fazer muito no sentido de uma melhor articulação entre os estados-membros, no sentido da definição de uma política externa e de segurança comum da União Europeia, da qual é parte integrante a política europeia de segurança e defesa. No entanto, a pedra angular da definição estratégica da União Europeia deve continuar a ser a Aliança Atlântica. Não nos interessa nem nos convém — nem está ao nosso alcance, sejamos objectivos — uma defesa europeia independente nem sequer autónoma, mas articulada no quadro de um intenso diálogo transatlântico, que, em relação biunívoca, partilhe interesses, objectivos e valores.

O aprofundamento da integração europeia, nos termos expostos, parece-me perfeitamente compatível com o seu alargamento. Não estou, porém, muito convencido quanto à pressa com que se esboçam profundas alterações da estrutura organizativa da União e até da sua própria natureza, para alguns visualizada como necessariamente federal.

Temo até que, sob capa de uma proclamada urgência de adaptação das regras de funcionamento para uma União alargada, se estejam afinal a recompor os mecanismos internos de poder, de modo a assegurar o predomínio dos países grandes e mais ricos sobre os mais pequenos e pobres, que são cada vez em maior número.

Desta mesma preocupação comungam os Presidentes dos Parlaentos dos Países da Adesão, conforme consta das conclusões da reunião realizada em Lisboa, a meu convite, em concomitância com as recentes celebrações do aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Este mesmo encontro proporcionou ocasião para reclamar novamente, em sintonia com documentos anteriores, aprovados em reuniões de altos responsáveis parlamentares europeus, uma mais intensa participação dos parlamentos nacionais no processo de construção europeia. A Convenção para o Futuro da Europa não produziu, até agora, quanto a este aspecto, trabalho satisfatório. Ainda vamos a tempo!

Por mim, sinto-me bem e seguro numa União Europeia laborando nos moldes actuais. Não sei se mantereí a mesma impressão se vierem a ser aplicadas as alterações em gestação, algumas delas deveras mirabolantes.

A dura realidade é que de cada vez que o eleitorado europeu tem sido chamado às urnas para eleger o seu Parlamento, a votação é escassa — sempre muito inferior à que se verifica em cada estado-membro, nas respectivas eleições legislativas nacionais.

O défice democrático europeu não é pois uma fantasia, mas sim um desafio aos responsáveis para que tornem o ideal europeu mais próximo dos cidadãos e das cidadãs e por eles e por elas mais participado.

Passar por alto um tal estado de coisas e insistir em reformas orgânicas sem curar de saber da correspondência delas às aspirações populares, pode vir a revelar-se uma perigosa corrida para o abismo. E seria uma pena perder, ou até mesmo apenas pôr em risco, o que tanto custou a construir e está dando frutos tão saborosos, de paz e de prosperidade.